

Ato Público do Funcionalismo: aposentadoria em perigo e data-base

No final da manhã de 14/3, no Auditório Franco Montoro da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), foi realizado um Ato Público do Funcionalismo contra a reforma da previdência (PLC 30, 31 e 32) e pela definição de data para negociação salarial dos setores do funcionalismo que, ao contrário do que acontece com as três universidades estaduais, não têm data-base acertada com o governo. O auditório ficou lotado com presença significativa de professores da educação básica, funcionários da saúde e do judiciário, aposentados de vários setores, em especial da educação, representantes do Fórum das Seis e servidores de demais setores do funcionalismo público estadual.

A realização desse ato foi decidida pelos representantes de entidades do funcionalismo que se reúnem semanalmente na Alesp para tratar de reivindicações que passam pelo legislativo. O Fórum das Seis tem participado dessas reuniões em função da ameaça que paira sobre a previdência do funcionalismo estadual — que também atinge quem trabalha nas universidades, como temos destacado no *Informativo AduSP* — devido à reforma proposta por Alekmin e em solidariedade às reivindicações dos demais setores.

Além da questão da data-base unificada, outro assun-



O 2º vice-presidente da AduSP, professor João Zanetic, fala durante o Ato Público na Alesp em 14/3

to que mobiliza os servidores da saúde, do judiciário e da educação diz respeito aos Planos de Carreira. O presidente do Sindicato dos Professores da Rede Estadual (Apeoesp), Carlos Ramiro, criticou a destruição dos holerites do funcionalismo com gratificações e abonos que não são incorporados aos salários e não chegam aos aposentados e pensionistas. Denunciou também o aumento da carga de trabalho dos professores com a obrigatoriedade de preenchimento de diários burocráticos.

A reforma da previdência

Sobre esse tema, além de representantes de entidades do funcionalismo, vários deputados estaduais manifestaram-se no Ato, dando conta das negociações que estão ocorrendo na tramitação dos PLC 30, 31 e 32. A deputada Ana Maria Martins (PCdoB) disse que as entidades precisam articular bons advogados e propor uma reforma previdenciária que atenda aos interesses do conjunto do funcionalismo. Já o deputado Roberto Felício (PT) afirmou que esses

PLC só entrarão em votação no plenário caso haja entendimento das entidades neste sentido. Afirmou também que, com as mudanças negociadas com as entidades, o PLC 31 (que trata das pensões dos servidores civis) e o PLC 32 (que trata da previdência dos militares), são menos problemáticos.

A representante da Associação dos Oficiais de Justiça afirmou que todos os PLC (30, 31 e 32) são prejudiciais aos funcionários da Justiça, colocando nas mãos do governador Alekmin a gestão e a fiscalização do SPPrev e,

com isto, todos os recursos que deveriam garantir aposentadorias e pensões do funcionalismo. Ela disse ainda que sua associação está propondo uma CPI sobre o funcionamento da Secretaria da Fazenda.

Nas suas intervenções, os representantes do Fórum das Seis reafirmaram que estão ameaçadas a integralidade das pensões e o limite de idade dos pensionistas, que baixaria dos 24 para os 18 anos. Insistiram que não se pode separar o PLC 30 dos outros dois projetos de lei e manifestaram-se pela retirada dos PLC 30, 31 e 32. Além disso, propuseram às demais entidades uma luta pela democratização do processo de construção de um modelo de previdência que atenda aos interesses do funcionalismo — ativos e inativos.

É importante frisar que os projetos do governo pioram a situação dos aposentados das universidades estaduais que passariam a ser pagos pelo caixa central da SP-Prev proposta pelo governo Alekmin, ameaçando a paridade com os ativos. Além disso, um artigo do PLC 30 prevê, explicitamente, que o montante atualmente pago pelas universidades aos aposentados será descontado dos repasses feitos pelo governo do Estado!!

A próxima reunião organizativa dos setores será na próxima terça-feira, 21/03, às 10 horas, no Auditório Tiradentes, da Alesp.

Andes-SN realiza seu 25º Congresso

Com uma delegação de cinco professores, dos 12 a que teria direito, a Adusp Seção Sindical participou, entre 5 e 11/3, em Cuiabá (MT), do 25º Congresso da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior – Sindicato Nacional (Andes-SN).

Na atual conjuntura foi interessante verificar que a mobilização em outras seções sindicais é mais favorável, estando presentes mais de 300 delegados. Importantes temas foram tratados, desde propostas para o devido financiamento público da Educação Superior até a questão de ações afirmativas para promover a inclusão social de setores menos favorecidos e discriminados da população. Foram também decididas ações no sentido de pautar nacionalmente a luta contra a intervenção deletéria das fundações privadas, ditas “de apoio”, na esfera pública.

Outro ponto importante da pauta tratou da necessidade de detalhar propostas de controle público e a garantia de condições adequadas de trabalho nas instituições privadas de Educação Superior, uma vez que devem ser caracterizadas como concessões do poder público. As propostas para o setor serão debatidas no próximo Conselho das Associações Docentes (Conad) ainda em 2006, devendo ser ratificadas no próximo Congresso do Andes em 2007.

Estaduais e municipais

As Instituições Estaduais, cuja expansão foi impressionante nas últimas décadas, tiveram seu espaço de discussão ampliado no Congresso, em parte como decorrência de intervenções da Adusp em congressos recentes. No que diz respeito

às Instituições Municipais, outro setor em franca expansão, face à compreensão de que seu regimento e características são mais diretamente afetados pelas políticas estaduais e municipais, e de que apresentam problemas característicos tanto das instituições públicas quanto, principalmente, das privadas, decidiu-se que será tratado no âmbito do Andes-SN, provisoriamente, como parte das discussões do setor das Estaduais, já na reunião do setor prevista para abril.

Do ponto de vista da organização mais ampla dos trabalhadores, houve ainda deliberação de que se continuará a atuar no sentido de observar, acompanhar e colaborar com as várias iniciativas em curso fora da central sindical CUT. Nesse sentido, o Andes-SN participará com uma delegação de observadores do Congresso Nacional de Trabalhadores (Conat) convocado pela Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), para ocorrer em Sumaré (SP), no início de maio próximo.



Sessão de abertura do Congresso. No destaque, os delegados da Adusp

Eleições no Andes

No 25º Congresso houve, ainda, a inscrição de duas chapas que poderão concorrer à diretoria do Andes-SN nas eleições marcadas para maio. As chapas pré-inscritas têm até o dia 9 de abril para fazer a inscrição

de toda a nominata para os cargos da diretoria nacional e das 12 secretarias regionais que compõem a chapa completa. A Chapa 1 tem como candidato a presidente o professor Paulo Rizzo, da Universidade Federal de Santa Catarina,

que faz parte da atual direção, a cargo da articulação “Andes Autônoma e Democrática”, enquanto pela Chapa 2 a candidata a presidenta é a professora Maria de Lurdes Sarmento, da Universidade Estadual da Paraíba.

Docentes e funcionários da Faenquil reivindicam incorporação total e manutenção do colégio técnico

Caravana trará manifestantes para reunião do CO em 21/3

A incorporação das faculdades isoladas do Estado de São Paulo às universidades estaduais paulistas será discutida na próxima reunião do Conselho Universitário da USP (CO).

Em assembléia histórica (a primeira da comunidade universitária) cerca de 150 docentes, funcionários e representantes do Diretório Acadêmico da Faculdade de

Engenharia Química de Lorena (Faenquil) estiveram reunidos no dia 16/3 às 16 hs, no anfiteatro da faculdade, para discutir a sua incorporação à USP.

A proposta aprovada pela COP e CLR, que deverá ser encaminhada para apreciação e votação no CO no dia 21/3, prevê a incorporação do orçamento e dos bens materiais da Faculdade. Os docentes e funcionários permaneceriam em

cargos em extinção, ligados à Secretaria de Ciência e Tecnologia. Os órgãos da Reitoria propõem ainda a exclusão do Colégio Técnico de Lorena (Cotel), que foi criado após a estadualização da Faenquil e está incorporado à Faculdade, e a extinção do Departamento Básico, que engloba docentes que ministram disciplinas básicas e de formação geral.

Docentes e funcionários da Faenquil votaram por

unanimidade as seguintes propostas:

- Encampação total da Faenquil, sem a realização de concursos públicos.
- Manutenção da vinculação do Cotel à USP.
- Manutenção do Departamento Básico.

Os docentes e funcionários votaram pela formação de uma caravana para manifestar suas posições com relação à incorporação na reunião do CO.

Conselho do Ministério Público decidirá sobre representação da Adusp contra fundações “de apoio”

A Adusp encaminhou ao promotor de justiça de fundações da capital, Paulo Palma, uma representação contra o acúmulo de cargos diretivos das fundações privadas, ditas “de apoio”, e cargos de direção institucionais (chefias, diretorias etc.). O promotor Palma, embora reconhecendo que poderia haver eventuais conflitos de interesse, decidiu pelo arquivamento da representação, ao mesmo tempo em que decretou sigilo no exame da questão.

Por considerar infundada a decisão de Palma, a Adusp recorreu ao Conselho do Ministério Público Estadual. As decisões de Palma, inclusive o sigilo do processo, serão submetidas ao plenário do Conselho em sessão que poderá ocorrer ainda no mês de março.

O relator da matéria para apreciação do Conselho, promotor Marco Antônio Zanelatto, recebeu no dia 6/3 uma representação da

Adusp em audiência na qual foram explicitadas as razões desse desacordo tanto com o sigilo decretado por Palma, quanto com sua decisão de arquivamento da representação.

Esperamos que o Conselho dê a esta representação o mesmo tratamento que foi dado à questão dos cursos pagos, removendo o sigilo, tornando a sessão de deliberação pública e anulando o arquivamento recomendado por Palma. Tal decisão ensinará nova ação civil pública para evitar que dirigentes de uma instituição pública, como a USP, exerçam ao mesmo tempo cargos diretivos em organizações privadas que têm transações financeiras e contratuais com esta mesma instituição pública.

Estaremos atentos ao desenrolar dos acontecimentos, intervindo em defesa do caráter público da universidade e da total transparência nas suas relações com entidades públicas ou privadas.

Ação do Gatilho: Reitoria ainda não se pronunciou sobre pagamento

Em 1990 a Adusp entrou na Justiça, em nome dos docentes que estavam no quadro da USP em 1987, reclamando o cumprimento da Lei Complementar 467 de 2/7/86 que garantia reajustes automáticos quando a inflação acumulada ultrapassasse 20%. Deixar de tomar esta providência seria abandonar a defesa das condições de vida e trabalho dos docentes da USP, um de seus patrimônios mais importantes. Seria, ao mesmo tempo, permitir ao governador Quéricia e ao Estado de São Paulo permanecerem impunes ao não cumprirem com seu dever, ou seja, repassar os valores do gatilho, que foi fruto de dura luta de todo o funcionalismo.

A irresponsabilidade do governo Quéricia e a demora da justiça brasileira em decidir resultaram em imenso atraso para recebermos o que nos era devido, ao mesmo tempo em que cria problemas de isonomia salarial entre docentes. Por outro lado, o ordenamento jurídico não permitiu que reclamássemos o gatilho para os docentes contratados posteriormente a 1987.

Determinação

Estamos aguardando o desenrolar das eventuais providências da USP em relação a esta questão. É preciso calma e determinação para assegurar direitos que foram desrespeitados pelo então governador Orestes Quéricia.

A partir do momento da decisão final, transitada em julgado a nosso favor, insistimos com as reitorias, anterior e atual, que gostaríamos de discutir a execução da sentença. Até agora não tivemos resposta oficial da Reitoria sobre esta questão ou mesmo o agendamento de reunião para este fim. Na audiência agendada com a Reitora para o próximo dia 23/3, às 10 horas da manhã, voltaremos a frisar a necessidade de diálogo entre as partes sobre este ponto.

A Adusp providenciou junto à sua assessoria jurídica a revisão da lista publicada no *Diário Oficial* do dia 17/2. Esta revisão deverá estar pronta dentro de mais alguns dias.

Lajolo é o primeiro na lista tríplice para Vice-Reitor

O professor Franco Maria Lajolo, da Faculdade de Ciências Farmacêuticas, encabeça a lista tríplice de candidatos à sucessão na Vice-reitoria da USP. Com 166 votos, ele entrou na lista já no primeiro de três escrutínios do restritíssimo colégio eleitoral de 300 membros, em escolha realizada na tarde de 14/3, no salão do Conselho Universitário (CO).

Completam a relação de docentes enviada ao governador Geraldo Alekmin, a quem caberá nomear o Vice-Reitor, os professores

Luiz Nunes (do Instituto de Física de São Carlos e pró-reitor de Pesquisa na gestão Melfi) e Alberto Carlos Amadio (Escola de Educação Física e Esporte).

Representantes discentes de graduação e alguns de pós-graduação, além dos representantes dos funcionários, boicotaram a votação devido a seu caráter antidemocrático. Afinal, o colégio eleitoral, tal como na eleição para Reitor, restringe-se aos membros do CO e dos conselhos de Cultura e Extensão, Graduação, Pesquisa e Pós-Gra-

duação. Cerca de 85% dos eleitores são docentes, e a ampla maioria destes é de professores titulares.

Projetos

O regimento da USP estabelece, desde 2002, que o Vice-Reitor seja o presidente da Comissão Permanente de Avaliação (CPA), responsável por avaliar os departamentos da universidade. Segundo o professor Lajolo, “a curto prazo, a Reitora quer que se dê resposta a esse processo de avaliação”, satisfazendo as necessidades identificadas.

Para ele, os cursos de graduação podem ser objeto de uma avaliação exclusiva. Além do que, opina, “a universidade deve ter sua própria avaliação, dentro de seus critérios e necessidades” e “não deve estar atrelada somente à Capes”.

Na reunião entre a diretoria da Adusp e a reitora Suelly Vilela, em 17/1 passado, ela declarou que a questão das fundações “de apoio” ficaria a cargo do novo Vice-Reitor. Questionado pelo *Informativo Adusp* a respeito disso, o professor Lajolo respondeu que acredita que o

tema foi discutido “de uma maneira um pouco emocional”, numa referência ao trabalho do GT Fundações.

“Agora temos que retomar essa discussão de forma técnica, ver o que há de bom nas fundações e manter, e eliminar o que há de ruim. Acho que elas têm que trabalhar dentro das regras da legislação estadual, dentro da ética da universidade e sempre pensando em trazer o que é privado para o público e não vice-versa”, mediando as relações externas da universidade quando necessário, salienta.

Gestão de florestas “públicas” para fins “privados”

No dia 2/03/06 o Presidente da República sancionou o projeto de lei 4.776/05, que regulamenta a exploração de florestas públicas no País. De autoria do poder executivo, esta lei prevê a concessão, por meio de licitação e sem que o Estado perca o direito à posse, de áreas da Floresta Amazônica para exploração pela iniciativa privada por até 40 anos. Também cria o Serviço Florestal Brasileiro (SFB), responsável pelo cumprimento dos contratos de concessão, e institui o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF).

A lei estabelece também que até 20% da receita da concessão de florestas sejam destinados para os custos do sistema de concessão, incluindo recursos para o SFB e para o Ibama, responsável pela fiscalização ambiental dos planos de manejo florestal. A outra parte da arrecadação, 80%, poderá ser dividida em 30% para os Estados onde se localiza a floresta pública, 30% para municípios e 40% para o FNDF. A lei será implementada em caráter piloto por dez anos, com estimativa de licitar cerca de 13 milhões de hectares na Amazônia, em torno de 3% das florestas públicas daquela região.

É preocupante a permissão de uso do espaço público para fins privados, particularmente de porções da Floresta Amazônica. A concessão para empresas estrangeiras, mesmo que constituídas no Brasil, poderá significar a perda da soberania nacional, pois não há garantias da devolução da área após 40 anos de exploração. A falta de legislação específica, que inclua mecanismos de fiscalização e controle, é lamentável.

Indefinições

Questões importantes também dizem respeito à indefinição das metodologias que permitirão selecionar as áreas para exploração; quais os cri-

térios que definirão o tamanho da área e seus usos potenciais; e como acompanhar (e até onde permitir) a alteração ambiental provocada pela exploração. A lei não define a manutenção no caso dos mananciais e, sobre a fauna, não contempla remediações ou compensações. Não deixa clara a incorporação dos moradores locais e não regulamenta a posse da terra tradicionalmente ocupada ou utilizada por essas comunidades.

Além disso, a lei não explicita multas, prazos ou quaisquer outros procedimentos de rescisão no caso de constatação de quebra de contrato, ou quais são as responsabilidades e obrigações quanto aos prejuízos (e quais podem ser esses prejuízos) causados ao poder concedente, ao meio ambiente ou a terceiros.

Os contratos geridos mediante licitação permitirão a exploração da floresta por empreendedores diversos, muitos dos quais sem tradição, responsabilidade ambiental e conhecimentos sobre a Floresta Amazônica, com ônus para o meio ambiente.

Na prática, a empresa licitada terá que preparar o empreendimento, desmatando para construir vias de acesso às áreas de exploração, implementar alojamentos, galpões diversos e oficinas, entre outros usos. A implementação do empreendimento na área concedida também criará novos pólos de “desenvolvimento” na região amazônica atraindo mais trabalhadores e ampliando os problemas, com reflexos no uso da terra e na qualidade de vida das populações constituídas.

Desrespeito

A definição do uso da floresta deve ser conduzida à luz da ciência, respeitando os limites do ecossistema, subsidiando políticas públicas através do desenvolvimento de mecanismos de fiscalização e controle e auxiliando na implementação de amplos programas de monitoramento e manejo (fauna, recursos hídricos, solo, macro e microclima, vegetação, populações humanas locais etc). Programas de monitoramento bem estruturados, baseados em sólidas pesquisas, são fundamentais, permitindo conhecer o status do ecossistema antes da aplicação do empreendimento. O desrespeito às recomendações técnicas baseadas na pesquisa científica propiciará o recrudescimento dos problemas ambientais na região amazônica.

Esta lei, ao contrário de garantir o uso social das terras públicas, formaliza e autoriza o desmatamento e os usos das áreas públicas da Floresta Amazônica para auferir lucro às empresas privadas, sem garantias de preservação e conservação da floresta para usos futuros. O passivo ambiental gerado torna-se de todos.

Apesar de sua importância, este projeto de lei não alcançou domínio público, sendo pouca a discussão acumulada sobre a lei sancionada. No presente momento, é importante mobilizar as forças vivas da sociedade, ampliar os debates e colocar na ordem do dia opiniões, manifestações e protestos para impedir a destruição oficial, patrocinada pelo governo brasileiro, de importante patrimônio público e mundial, como a Floresta Amazônica.

Governo precisa gastar 10% do PIB em educação, aponta professor

Para dotar o país de uma rede de ensino pública abrangente e de qualidade, o Estado brasileiro deve investir anualmente 10% do PIB em educação. A opinião é do professor Rubens Barbosa de Camargo, professor da FE-USP e secretário de Educação de Suzano.

A meta, estipulada pelo Plano Nacional de Educação – Proposta da Sociedade Brasileira, foi mencionada durante a aula pública “Financiamento: a educação pública não vive de brisa”, realizada em 15/3 no Auditório Jaey Monteiro, do IME. O evento é parte da Campanha em Defesa da Escola Pública, organizada por um comitê formado pela Adusp, APG, DCE-Livre e Sintusp.

Dados referentes a 2000/2001 apontam para

um gasto anual de apenas 4% do PIB em educação. Em São Paulo, o índice é ainda menor: em 2002, somente 3,5% do PIB estadual iam para o setor.

O Estado de SP estabelece em sua Constituição a destinação anual à educação de, no mínimo, 30% da receita líquida de impostos, cinco pontos percentuais acima do mínimo determinado pela Constituição Federal.

Porém, as determinações constitucionais são dribladas através de dois mecanismos. Ao criar novos tributos, os governantes os rotulam de contribuições ou taxas, sobre cujas receitas não incidem as vinculações constitucionais. Na esfera federal, há ainda a Desvinculação de Receitas da União (DRU), instituída pelo governo FHC e que remaneja até 20% do orçamento federal.

Focalização

Na gestão de FHC implantou-se a focalização das políticas públicas, processo defendido pelo neoliberalismo. Para o professor Camargo, “é uma falácia” apresentar a focalização como solução para a falta de recursos. No caso da educação, o resultado é que o setor não é tratado de maneira global; ao não atender a todos os níveis de ensino com a mesma importância são, de fato, agravados os problemas já existentes.

Por exemplo, o abandono da Educação Superior significa, segundo o professor Camargo, falta de professores qualificados e menos pesquisa acadêmica, atividades nas quais não há investimento por parte do setor privatista no Brasil.

A reprodução do pensamento que legitima a situação atual ocorre através dos dis-

ursos difundidos pela mídia: por exemplo, jornalistas da área econômica que reforçam a idéia de que temos muitos impostos e de que os recursos empregados na área social são mal utilizados. Não mencionam que a alta carga tributária deve-se em grande parte ao pagamento da dívida pública e dos juros referentes a ela.

Para reverter o quadro, o docente menciona duas etapas. A primeira consiste em desmontar, por meio de dados, o discurso que predomina atualmente, demonstrando o descaso com que a educação é tratada no país. O segundo requer uma mobilização social em defesa do público.

A próxima aula pública da Campanha será proferida pela professora Lisete Arelaro, também da FE. Com o tema “A Democratização da USP”, ocorrerá em 30/3 às 17h30, em local a ser confirmado.